

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos Cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP.

CONFLITO DE NORMAS

10ª edição

2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Cury
Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editor Henderson Fiirst
Assistente editorial Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produtora editorial Claissa Boraschi Maria
Preparação de originais Ana Cristina Garcia
 Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan
 Eunice Aparecida de Jesus
Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão de provas Amélia Kassiss Ward
 Márcia Abreu
Serviços editoriais Camila Artioli Loureiro
 Tatiana dos Santos Romão
Capa Priscila Zenari / Know-how Editorial
Produção gráfica Maili Rampim
Impressão Gráfica Paym
Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-21794-2

Diniz, Maria Helena
 Conflito de normas / Maria Helena Diniz. — 10. ed.
 — São Paulo : Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Conflito de leis I. Título.

CDU-340.132

Índices para catálogo sistemático:

1. Antinomia jurídica	340.132
2. Conflito de normas : Direito	340.132
3. Normas jurídicas : Conflito	340.132

Data de fechamento da edição: 17-2-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

101.254.010.001

964746

998871

ÍNDICE

<i>PREFÁCIO</i>	11
Capítulo I	
CONFLITO NORMATIVO COMO PROBLEMA TEÓRICO	13
Capítulo II	
ANTINOMIA JURÍDICA COMO PROBLEMA INERENTE AO SISTEMA JURÍDICO E AO CARÁTER DINÂMICO DO DIREITO.....	19
Capítulo III	
CONCEITO DE ANTINOMIA JURÍDICA E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À CONFIGURAÇÃO DA INCOMPATIBI- LIDADE NORMATIVA	31
Capítulo IV	
CLASSIFICAÇÃO DAS ANTINOMIAS.....	37
Capítulo V	
CRITÉRIOS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE NORMAS	45
1. Natureza normativa dos critérios	45
2. Critérios para a solução de antinomias no direito interno	46
3. Solução de conflito entre normas de direito internacio- nal privado	54
4. Princípios para a resolução dos conflitos entre normas de direito internacional público	58
5. Critérios solucionadores dos conflitos entre norma de direito internacional público e norma de direito in- terno	60
Capítulo VI	
ANTINOMIAS DE SEGUNDO GRAU E OS METACRITÉ- RIOS PARA SUA RESOLUÇÃO	63

Capítulo VII	
INCOMPLETUDE DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DAS AN-	
TINOMIAS JURÍDICAS	67
Capítulo VIII	
ANTINOMIAS REAIS NO DIREITO BRASILEIRO	75
1. Um caso de antinomia real na Constituição Federal vigen-	
te	75
2. Hipóteses de antinomias reais de segundo grau: conflitos	
entre o critério hierárquico e o da especialidade	80
Capítulo IX	
HIPÓTESES DE ANTINOMIA APARENTE	93
1. A questão do conflito existente entre normas relativas à pres-	
crição das pretensões atinentes aos bens públicos.....	93
2. Um caso de ilegitimidade ativa <i>ad causam</i> na ação rescis-	
sória	115
3. Conflito aparente entre o art. 835 do Código Civil vigente	
e o art. 39 da Lei n. 8.245/91	125
Capítulo X	
CONCLUSÕES	129
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	133